



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A AVALIAÇÃO
ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Marcos Antônio Rossi
Nº de Matrícula: 112790030B
Polo: Carandaí

Juiz de Fora
2019

MARCOS ANTÔNIO ROSSI

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A AVALIAÇÃO
ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientador (a) Dra. Mylene Cristina Santiago

Juiz de Fora
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rossi, Marcos Antônio.

Formação de professores em educação inclusiva: a avaliação escolar nos anos finais do ensino fundamental / Marcos Antônio Rossi. -- 2019.

33 f.

Orientador: Mylene Cristina Santiago

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, 2019.

1. Educação Inclusiva. 2. Avaliação Escolar. 3. Formação de Docentes. I. Santiago, Mylene Cristina, orient. II. Título.

MARCOS ANTÔNIO ROSSI

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Mylene Cristina Santiago – Orientadora
Universidade Federal de Juiz De Fora / UAB

Prof. Dr. Neil Franco Pereira de Almeida – Avaliador
Universidade Federal de Juiz De Fora / UAB

Prof. Me. Sebastião Luis Petronilho de Castro – Avaliador
Universidade Federal de Juiz De Fora / UAB

Juiz de Fora
2019

RESUMO

A educação escolar brasileira passou por muitas transformações nas últimas décadas. As mudanças nas legislações, os novos paradigmas metodológicos e conceituais e a globalização foram fatores que contribuíram para a construção de uma escola mais inclusiva. Os estudantes com necessidades educativas especiais, até então marginalizados, ganharam visibilidade no processo de ensino e aprendizagem e assumiram a condição de sujeitos educacionais. A pesquisa apresenta um debate sobre as contribuições das avaliações escolares, enquanto ferramentas pedagógicas, no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com necessidades educativas especiais através de um Projeto de Intervenção Pedagógica de formação continuada aos docentes que atuam com esses estudantes. Para tanto, foi feita uma revisão a partir dos componentes bibliográficos que possibilitaram compreender o conceito e a importância das avaliações escolares no processo de ensino e aprendizagem e as possibilidades de utilização em sala de aula. Além disso, foram realizados encontros presenciais com docentes que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental de uma Escola Pública em Ribeirão das Neves.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Avaliação Escolar. Formação de Docentes.

ABSTRACT

Brazilian school education has undergone many transformations in recent decades. Changes in legislation, new methodological and conceptual paradigms, and globalization all contributed to the construction of a more inclusive school. Students with special educational needs, previously marginalized, gained visibility in the teaching and learning process and assumed the status of educational subjects. The research presents a debate about the contributions of school evaluations, as pedagogical tools, in the teaching and learning process of students with special educational needs through a Pedagogical Intervention Project of continuing education to the teachers who work with these students. To do so, a review was made from the bibliographic components that made it possible to understand the concept and importance of school assessments in the teaching and learning process and the possibilities of use in the classroom. In addition, face-to-face meetings were held with teachers who work in the final years of Elementary School at a Public School in Ribeirão das Neves.

Keywords: Inclusive Education. School Evaluation. Training of Teachers.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO.....	09
3	DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO.....	10
3.1	FORMAÇÃO DOS DOCENTES E OS DESAFIOS DA ESCOLA.....	11
3.2	AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PRÁTICA DA MEDIDA.....	12
3.3	AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	13
4	JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA.....	15
4.1	AS ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	16
5	OBJETIVO GERAL.....	17
6	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
7	ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO.....	17
8	CRONOGRAMA.....	19
9	RELATORIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	20
9.1	CONHECENDO MELHOR OS ESTUDANTES E DOCENTES.....	20
9.2	OFICINA DE CRIAÇÃO DE FICHA DE ANAMNESE E AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.....	23
9.3	PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	25
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
11	REFERÊNCIAS.....	30
12	ANEXOS.....	32

1 INTRODUÇÃO:

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 a educação brasileira passou por diversas transformações. Foram mudanças curriculares, de garantias e direitos e, especialmente, mudanças conceituais. As alterações promovidas pelo novo texto constitucional colocavam em evidência os estudantes, inclusive aqueles que apresentavam deficiências, e os tiravam da invisibilidade, pois, buscava garantir a universalização do direito a educação tratando em seu artigo 205 como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]”.

Os novos princípios visavam garantir o acesso e a permanência de todas as crianças nas escolas públicas e impulsionou o debate de novas legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, o Plano Nacional de Educação – PNE e Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2015. A globalização também influenciou a inclusão no sistema educacional brasileiro, quando a partir de 1994 adotaram-se diversas orientações discutidas à luz da Declaração de Salamanca, que tratava de políticas, princípios e novas práticas para a educação inclusiva.

Aquela constituinte de 1988 recebeu o nome de cidadã, uma vez que conferia direitos sociais essenciais aos brasileiros, inclusive com a inserção dos estudantes com necessidades educativas especiais no espaço escolar regular como um direito que visava garantir o acesso, a aprendizagem e a permanência de todos os estudantes, de forma inclusiva, no mundo acadêmico.

Mesmo com leis e orientações que estimulem a inclusão, ainda há muitos desafios a serem vencidos. É possível perceber fatores que aumentam as taxas de abandono escolar como: acessibilidade arquitetônica, falta de vagas nas escolas ou mesmo a aceitação familiar, mas, cabe citar ainda a dificuldade nos processos avaliativos, que podem impedir o desenvolvimento adequado dos estudantes com necessidades educativas especiais ou em última instância marginalizá-los em seu processo de aprendizagem.

A interpretação equivocada de leis e resoluções, a falta de qualificação profissional, inicial ou continuada, ou mesmo a deturpação do conceito de “inclusão” podem ter instaurado estereótipos educacionais que levaram à aprovação automática, a falta de

critérios avaliativos e o desconhecimento das particularidades dos estudantes, criando a sensação de que apenas a socialização garantiria a inclusão escolar.

Nessa perspectiva, nem sempre se estabelece critérios para acompanhar o desenvolvimento educacional dos estudantes e a inclusão escolar tem se confundido cada vez mais com a integração escolar. Logo, é preciso buscar uma definição adequada para o termo inclusão:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997, p.41).

A transposição dessas barreiras criadas pela sociedade, debatidas por Sasaki (1997), superam a noção de barreiras físicas e arquitetônicas e suscitam uma discussão para que seja repensado o processo avaliativo que busca o desenvolvimento integral dos estudantes. A inclusão, portanto, se difere da integração ao buscar o desenvolvimento da autonomia e não apenas da aceitação e presença física nos espaços escolares.

As constantes descobertas na medicina, as novas metodologias e as tecnologias educacionais tem tornado cada vez mais dinâmica as mudanças nas práticas pedagógicas, pois auxiliam na reformulação dos currículos e seus respectivos planejamentos. Os professores tornam-se importantes personagens no processo de inclusão escolar e devem ser preparados para produzir atividades que estimulem o aprendizado de acordo com as necessidades individuais do estudante.

Diante disso, a formação continuada dos profissionais da educação, em especial, quando debatida a temática de avaliação na educação inclusiva, torna-se uma importante ferramenta para garantir o processo de educação inclusiva no contexto escolar. Espera-se que os professores possam explorar alternativas para utilizar novas práticas pedagógicas mais inclusivas.

O estudo propõe analisar as contribuições da avaliação escolar como ferramenta na melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com necessidades educativas especiais que estejam matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental. O Projeto de Intervenção Pedagógica foi realizado através de uma formação desenvolvida com a

Equipe de Professores de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva de uma escola pública da Rede Estadual de Ensino localizada na cidade de Ribeirão das Neves.

2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO:

Um dos maiores desafios da educação brasileira está na compreensão dos processos avaliativos e em sua relação com o desenvolvimento dos estudantes. É preciso compreender a importância dos critérios avaliativos no desenvolvimento dos estudantes com necessidades educativas especiais. Alguns debates ainda estão centrados nos índices das avaliações externas que tornam homogêneo o desenvolvimento dos estudantes, tratando-os como números ou metas a serem atingidos, assim os sujeitos que na ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988 haviam saído da invisibilidade, correm o risco de tornarem-se novamente sujeitos invisíveis.

Logo, é preciso desestigmatizar a ideia da pura socialização e debater estratégias para definir critérios que viabilizem o aprendizado dos estudantes a partir de suas potencialidades e limitações. O debate sobre o processo avaliativo, portanto, torna-se essencial para adaptar essas estratégias e evitar a exclusão dos estudantes ou a pura numeração dos mesmos.

Conhecer os estudantes e valorizar suas experiências, inclusive durante o processo avaliativo, pode reforçar os vínculos escolares e melhorar o processo de aprendizagem. É Freire (1997) quem nos auxilia a compreender a importância dessa valorização das opiniões e experiências que permeiam o universo dos estudantes:

É preciso que o educador saiba que o seu “aqui” e o seu “agora” são quase sempre o “lá” do educando. Mesmo que o sonho do educador seja não somente tornar o seu “aqui agora”, o seu saber, acessível ao educando, mas ir mais além de seu “aqui-agora” com ele ou compreender, feliz, que o educando ultrapasse o seu “aqui”, para que este sonho se realize tem que partir do “aqui” do educando e não do seu. No mínimo, tem de levar em consideração a existência do “aqui” do educando e respeitá-lo. No fundo, ninguém chega lá, partindo de lá, mas de um certo aqui. Isto significa, em última análise, que não é possível ao(a) educador(a) desconhecer, subestimar ou negar os “saberes de experiência feitos” com que os educandos chegam à escola (FREIRE, 1997, *s.p*).

Essa perspectiva, nos permite compreender que em uma sociedade dinâmica e interativa não se pode desconsiderar os conhecimentos prévios que os estudantes possuem. Os conteúdos ensinados em sala de aula devem oportunizar uma aprendizagem mais relevante

para o estudante que, permita a criação e o estabelecimento de conexões entre seu cotidiano e aquilo que o currículo formal estabelece como objetivos de aprendizagem.

3 DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO:

A docência nos anos finais do Ensino Fundamental é um desafio, são salas com grande quantidade de alunos e com um público juvenil cada vez mais diverso. O conteúdo extenso, os objetivos de aprendizagem e as próprias particularidades da disciplina de História me fizeram repensar a prática docente e as possibilidades de aprendizado dos estudantes com necessidades educativas especiais. Logo, escolhi para o projeto uma Escola Pública Estadual, localizada na cidade de Ribeirão das Neves¹, região metropolitana de Belo Horizonte que atende a alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

A Escola participante do Projeto de Intervenção Pedagógica está situada no Bairro Esperança, na Cidade de Ribeirão das Neves, e atende aos critérios de acessibilidade arquitetônica com rampas, banheiros e biblioteca adaptados, sala de Recursos – AEE (Atendimento Educacional Especializado) e uma política de inclusão baseada em seu Projeto Político Pedagógico - PPP. Todavia, os critérios avaliativos, em relação aos estudantes com necessidades educativas especiais, utilizados pelos docentes ainda é um desafio.

Para viabilizar esse Projeto foi necessário realizar um levantamento da literatura que versava sobre a inclusão escolar e os processos avaliativos. Os professores participantes responderam uma pesquisa e esses resultados auxiliaram no norteamento dos três encontros presenciais com temáticas previamente definidas: oficinas, teoria e atividades práticas. Foi possível conhecer, ainda, os perfis dos docentes e discentes da Escola, estabelecer estratégias que reconheçam os estudantes enquanto sujeitos de direitos, apresentar procedimentos de avaliação escolar que estivessem de acordo com as necessidades educativas especiais dos estudantes e debater sobre ferramentas de avaliação que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem.

¹ De acordo com o IBGE a cidade de Ribeirão das Neves possui população estimada em 331045 habitantes. A média do IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental é 3,9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos finais colocava esta cidade na posição 752 de 853. Entre as 853 cidades de Minas Gerais ocupa a posição de 519º melhor PIB per capita. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ribeirao-das-neves/panorama> - acesso em 10 ago. 2018.

À luz desses levantamentos foi realizada uma análise crítico-reflexiva sobre a importância dos processos avaliativos na aprendizagem dos estudantes com necessidades educativas especiais e da necessidade de Formação em Serviço para os docentes que atuam com esses estudantes.

3.1 FORMAÇÃO DOS DOCENTES E OS DESAFIOS DA ESCOLA

Na formação inicial, o futuro professor é apresentado a conceitos e teorias sobre vivências futuras, ou seja, conhece através de outros olhos sua futura profissão. Trata-se de uma relação de descoberta de algo que ele ainda não vivenciou. Ao adentrar em sala de aula, utiliza o aporte teórico metodológico de sua formação inicial, mas encontra novos desafios que não estavam descritos nos manuais didáticos, livros e aulas.

Um dos grandes desafios é lidar com a diversidade e a inclusão no contexto escolar, afinal livros e teorias nem sempre são capazes de prever os comportamentos e atitudes dos estudantes. Para isso, é essencial a participação de “Formação em Serviço”, defendida por Nóvoa (1992), pois é a partir desse momento que o professor será capaz de compreender que o conteúdo escolar está sempre disponível e da mesma forma, mas os sujeitos que aprendem mudam sempre, e precisam de novas metodologias para aprender.

Quando tratamos desses desafios, e a inclusão escolar é um deles, é imprescindível sua associação ao processo de formação docente, pois é na escola que as relações de ensino e aprendizagem são maximizadas. Portanto, é necessário refletir sobre o papel da formação do professor e a função da educação escolar, como destacado por Lopes (2011), a Educação:

[...] visa à transformação de sujeitos, mediante práticas de transmissão e apropriação de modos próprios de agir, de pensar, de sentir, de ser, em cada sociedade, toda prática educativa a envolve processos de ensinar-aprender e, portanto, tem uma natureza pedagógica, intencional e sistemática. (LOPES, 2011 *apud* SOARES; CARVALHO, 2012, p.72).

As escolas assumem os espaços de convivência e aprendizagem na vida de todas as crianças e não seria diferente com aquelas que apresentam necessidades educativas especiais, pois oferecem alternativas metodológicas capazes de torná-las cada vez mais autônomas. Como destacado pela Declaração de Salamanca (1994):

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (UNESCO, 1994, s/p).

É importante destacar que o processo de mudança nos sistemas educacionais (objetivos das escolas, formação dos professores e currículos), causados pelas Constituição Federal, ECA, Declaração de Salamanca, LDBEN e Estatuto da Pessoa com deficiência, redimensionou as práticas pedagógicas dos professores e por consequência as diretrizes dos sistemas educativos. A centralidade do professor deu lugar à tríade professor/estudante/conhecimento e o diálogo demarcou novas formas de se avaliar.

Assim, para que os professores acompanhassem essas mudanças, precisaram adotar posturas voltadas para a reconstrução da sua prática avaliativa. Sabe-se que ainda há métodos avaliativos seletivos e que apenas classificam, mas também são conhecidas práticas que tem buscado transformar essas metodologias avaliativas.

3.2 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PRÁTICA DA MEDIDA

Parece relevante esclarecer que a avaliação escolar e seus desdobramentos não são os vilões da educação inclusiva, na verdade são instrumentos necessários para garantir o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educativas especiais. É preciso compreender o conceito e a origem da avaliação escolar. Conforme Luckesi (2003):

A tradição dos exames escolares, que conhecemos hoje, em nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzidas pelos padres jesuítas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do século XVII) (LUCKESI, 2003, p. 16).

A avaliação como instrumento de medida já está presente desde o século XVI com a pedagogia tradicional e a avaliação de exames e provas como práticas de avaliação. Esse modelo surge como frente para diminuir o fracasso escolar, assim a avaliação escolar tinha como objetivo o rendimento dos alunos e os resultados finais do processo de aprendizagem, tratando-se de um instrumento de medida que apurava os resultados em relação às metas.

Muitos profissionais confundem a avaliação com a medição, como se tratassem a medição do conhecimento como uma unidade da avaliação. Nesse sentido, Gatti (2003) afirma:

É preciso ter presente, também, que medir é diferente de avaliar. Ao medirmos um fenômeno por intermédio de uma escala, de provas, de testes, de instrumentos calibrados ou por uma classificação ou categorização, apenas estamos levantando dados sobre uma grandeza do fenômeno. (...) Mas, a partir das medidas, para termos uma avaliação é preciso que se construa o significado dessas grandezas em relação ao que está sendo analisado quando considerado com um todo, em suas relações com outros fenômenos, suas características historicamente consideradas, o contexto de sua manifestação, dentro dos objetivos e metas definidos para o processo de avaliação, considerando os valores sociais envolvidos (GATTI, 2003, p. 110).

Nessa perspectiva a visão dos estudantes e dos professores, em relação ao conceito de avaliar, era voltada para o classificatório e punitivo. Na confecção dos métodos avaliativos a prioridade era testar respostas a partir de conteúdo ensinado. Dalben (2017) destaca que muitos professores praticam essa avaliação, que se torna seletiva, quantitativa e classificatória, mas deixa claro que esses sujeitos reconhecem as fragilidades dos métodos avaliativos.

Os estudos da Sociologia da Educação contribuem para a compreensão do conceito e da importância de avaliar no processo educacional. Estabelece ainda possibilidades para a mudança de práticas educativas até então excludentes. O processo avaliativo deve buscar compreender a relação entre o ponto de partida (entrada na escola) e a caminhada (percurso escolar) analisando as dificuldades encontradas nesse caminho.

3.3 AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O ato de avaliar torna-se, portanto mais amplo do que medir e classificar. A avaliação e a aprendizagem são práticas que caminham juntas, a primeira serve de subsídio para que a segunda possa acontecer com mais qualidade e efetividade. Através do processo avaliativo é possível mudar práticas pedagógicas e criar estratégias para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Em uma perspectiva de Educação Inclusiva podemos compreender a avaliação como:

[...] um instrumento capaz de estabelecer as condições de aprendizagem do aluno e sua relação com o ensino. Seus procedimentos devem permitir uma análise do desempenho pedagógico, oferecendo subsídios para o planejamento e a aplicação de novas estratégias de ensino que permitam alcançar o objetivo determinado pelo professor em cada conteúdo específico (OLIVEIRA; CAMPOS, 2005, p. 53).

Sendo assim, a avaliação na Educação Inclusiva é enxergada como uma ponte para a mudança das posturas pedagógicas do professor e da escola, além de auxiliar ativamente no desenvolvimento de novas estratégias de aprendizagem que possam incluir a todos os estudantes.

É preciso compreender as particularidades de cada estudante e conhecer as especificidades de sua deficiência para ajustar o processo avaliativo de forma a torná-lo mais inclusivo. A avaliação em uma perspectiva inclusiva enfrenta alguns desafios:

[...] a avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência tem-se caracterizado como um processo complexo devido às especificidades de suas necessidades e de seu desenvolvimento, muitas vezes bastante diferenciado. As características específicas de alguns quadros de deficiência dificultam a avaliação pedagógica e o estabelecimento das adequações ou adaptações necessárias para garantir a escolaridade desse aluno (OLIVEIRA; CAMPOS, 2005, p. 55).

Para isso, o docente e a instituição devem ter em mente que não se pode exigir um desempenho unificado de estudantes que apresentem potencialidades e limitações específicas. É preciso abandonar a perspectiva de turmas homogêneas e de estudantes “padrão” que apresentem o mesmo desenvolvimento.

Cabe ainda repensar a necessidade de observar novas metodologias e práticas pedagógicas que respeitem o tempo e a individualidade dos estudantes. Os desafios perpassam pelas características específicas de suas deficiências e pelas estratégias utilizadas para ensinar e avaliar o que foi aprendido, neste sentido, é preciso observar os resultados para mudar os métodos utilizados.

4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA:

Esse estudo se ampara na necessidade de debater como os professores compreendem a avaliação escolar na educação inclusiva e, a partir disso, oferecer formação para estabelecer critérios avaliativos de acordo com as potencialidades e limitações dos estudantes. É preciso repensar as metodologias e debater a produção de atividades que fazem parte do processo avaliativo. Assim, é preciso compreender o conceito de avaliação na educação. Sant'Anna (1995) nos ajuda nessa definição:

Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático (SANT'ANNA, 1998, p.29, 30).

Nesse sentido, a avaliação é um processo mais amplo do que meramente um teste de aprendizado. O processo avaliativo torna-se um conjunto de situações que não só avalia o estudante e seu conhecimento, mas também o contexto educacional de forma geral: a escola, o professor e os métodos pedagógicos.

Pensar no fracasso das avaliações do estudante com necessidades educativas especiais é também pensar no fracasso dos métodos e estratégias pedagógicas, no fracasso do diálogo com o Atendimento Educacional Especializado e acima de tudo no fracasso da Educação Inclusiva enquanto modelo a ser seguido. Logo, é preciso compreender o que é avaliar e como se avaliar os estudantes.

Ao conhecer o significado da avaliação, é preciso também compreender o “Ato de Avaliar” como ferramenta de aprendizagem. Luckesi (2000) realiza uma reflexão sobre as implicações dos processos avaliativos que perpassam pelo diagnóstico e pela decisão. Para ele “não é possível uma decisão sem um diagnóstico, e um diagnóstico, sem uma decisão é um processo abortado” (LUCKESI, 2000, p.6). Nessa perspectiva, é essencial partir de um diagnóstico inicial, aquilo que o estudante já tem consolidado para, a partir de então, decidir as melhores estratégias a serem utilizadas.

4.1 AS ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É importante considerar e adotar o conceito de avaliação enquanto instrumento capaz de contribuir para o processo de aprendizagem dos estudantes. Trata-se de um instrumento qualitativo, rompendo a lógica da mera medição e classificação, que auxilia no processo de tomada de decisões e replanejamento pedagógico, quando necessário.

Há alguns procedimentos e instrumentos mais inclusivos e que são capazes de auxiliar nesse processo de avaliação. Libâneo (1994) nos ajuda a compreender a necessidade de implementar novas formas de avaliação com metodologias mais inclusivas:

O trabalho docente deve ser organizado e orientado para educar a todos os alunos da classe coletivamente. O professor deve empenhar-se para que os alunos aprendam a comportar-se tendo em vista o interesse de todos, ao mesmo tempo que presta atenção às diferenças individuais e às peculiaridades de aproveitamento escolar (LIBÂNEO, 1994, p.159)

Esse novo olhar proposto por Libâneo (1994) rompe a medição e a classificação dos estudantes e oportuniza a todos uma experiência avaliativa que possa de fato compreender o desenvolvimento de cada estudante. No contexto da inclusão, é preciso adotar outras estratégias e métodos para que os objetivos sejam alcançados.

A utilização de provas e testes escritos não necessariamente precisa ser abolida, mas não pode se tornar a única estratégia para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes. É preciso considerar outros fatores como a observação dos docentes em relação às habilidades socioemocionais e das relações interpessoais que interferem diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Espera-se ainda, a utilização de estratégias que deixem os estudantes mais confortáveis para dialogar com o saber que possuem como produções artísticas, culturais e musicais.

A observação das informações contidas na ficha de Anamnese e no Plano de Desenvolvimento Individual do estudante também se tornam fatores essenciais para o bom aproveitamento das aulas e adequada utilização das ferramentas de avaliação. Os objetivos das avaliações superam os conteúdos curriculares tradicionais e perpassam por habilidades e competências que, muitas vezes, são observadas no dia a dia do estudante e não nas provas e testes escritos.

Deste modo, a avaliação apresenta-se como elemento fundamental para subsidiar a aprendizagem dos estudantes com necessidades educativas especiais. É importante observar,

conforme Luckesi (2011, p.205) que é preciso debater se os instrumentos de avaliação que estamos utilizando são adequados a nossos objetivos, por isso a importância de conhecer os estudantes.

É essencial que o professor receba formação para compreender melhor as deficiências e criar condições de aprendizagem que possibilitem envolver os estudantes no processo de ensino e aprendizagem. A falta de critérios ou a não formulação de objetivos de aprendizagem tem gerando a sensação de que a inclusão escolar perpassa apenas pela socialização nos espaços educativos.

5 OBJETIVO GERAL:

Debater a avaliação escolar na perspectiva da Educação Inclusiva e sua importância no processo de ensino e aprendizagem.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apresentar os conceitos de avaliação escolar;
- Compreender as avaliações como ferramentas para o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educativas especiais;
- Analisar e debater a importância da Formação em Serviço para a melhoria dos processos avaliativos dos estudantes com necessidades educativas especiais;
- Realizar formação com professores para apresentar critérios avaliativos mais claros e inclusivos;

7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO:

A Formação em Serviço ou em exercício é um importante instrumento para melhorar as práticas educativas cotidianas. A proposta do Projeto de Intervenção Pedagógica é realizar formação com os professores de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva da escola selecionada na cidade de Ribeirão das Neves.

A formação será dividida em três encontros com temáticas definidas entre o formador e a Equipe Pedagógica da escola, esses encontros possuem duração de quatro horas:

Encontro 1 – Conhecendo melhor os estudantes e docentes: ferramenta que facilita a definição de objetivos de aprendizagem.

- Objetivo: Apresentar aos professores um panorama da inclusiva na Escola e debater os desafios da formação inicial e continuada dos docentes. Aplicação de um questionário individual e sem identificação.

Na oportunidade foram apresentadas, também, algumas orientações básicas quanto às deficiências dos estudantes e cartilha do Ministério da Educação – MEC “Saberes e Práticas da Inclusão²”.

Encontro 2 – Oficina de criação de ficha de Anamnese e avaliação diagnóstica.

- Objetivo: Criar coletivamente uma ficha de Anamnese a ser utilizada pelos docentes em 2019. Conhecer o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI e relacioná-lo com os objetivos de aprendizagem de cada estudante. Apresentar estratégias de avaliação diagnóstica para subsidiar os planejamentos de atividades.

Encontro 3 – Procedimentos e Instrumentos de Avaliação.

- Objetivo: Debater o sentido da avaliação como estratégia inclusiva e não excludente. Apresentação dos Procedimentos e instrumentos de avaliação: observação, registro, prova, trabalho em grupo, autoavaliação e conselho de classe.

É preciso apresentar os conceitos e debates sobre o termo avaliação e relacioná-los com os estudantes acompanhados. A partir disso, propor estratégias de aprendizado e adaptação dos conteúdos curriculares como forma de melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

² Documento disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf> acesso em 12 de fev. de 2019.

8 CRONOGRAMA:

Período	Ação
Janeiro/2019	Entrega do Projeto
Fevereiro/2019	Encontro Presencial com definição do Orientador (a) – Ajustes. Aprofundamento da leitura dos referenciais e Registro no projeto.
Fevereiro/2019	Encontro com a Direção da Escola e Equipe Pedagógica. Apresentação da Proposta de Formação e definição de datas. Aprofundamento da leitura dos referenciais e Registro no projeto.
Março/2019	Levantamento do Perfil dos Professores (área de formação e atuação). Levantamento dos dados. Produção de Material do Projeto de Intervenção. Aprofundamento da leitura dos referenciais e Registro no projeto.
Março/2019	Execução do Projeto de Intervenção. Datas dos encontros: 20/03, 26/03 e 30/03. Aprofundamento da leitura dos referenciais e Registro no projeto.
Abril/2019	Encontro com a Direção da Escola, Equipe Docente e Equipe Pedagógica. Avaliação da Formação. Revisão do Projeto.
Maio/2019	Confecção do pôster/banner e preparação para apresentação. Entrega do TCC e Apresentação

9 RELATORIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

No mês de fevereiro de 2019 foram realizados dois encontros com a Equipe de Gestão (Direção e Coordenação) para apresentar o Projeto de Intervenção Pedagógica. Na oportunidade foi possível esclarecer a metodologia a ser utilizada e agendar as datas de realização dos eventos de formação, além de conhecer as políticas de inclusão adotadas pela instituição para o ano de 2019.

9.1 CONHECENDO MELHOR OS ESTUDANTES E DOCENTES

Durante a semana que antecedeu o encontro foi possível ter acesso aos documentos dos estudantes. O objetivo era identificar e conhecer os estudantes atendidos pela escola e apresentar aos professores um perfil básico para viabilizar a construção dos objetivos de aprendizagem. Considerando o documento norteador, “Cartilha para pais, estudantes e profissionais da educação³”, adotado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG e o Projeto Político Pedagógico da Escola, observamos que a unidade possui 26 estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental com garantia de atendimento individualizado (Professor de Apoio) e 32 estudantes com matrícula na sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Número de estudantes	Laudo Médico
12	Deficiência Intelectual Moderada ou Grave
02	Deficiência Auditiva
04	Deficiência Motora
08	Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD

Tabela 1 - Fonte: Documentos Médicos presentes nas pastas dos estudantes

³ Documento “A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva”. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/A_Educacao_Especial_Perspectiva%20Inclusiva_18cmx25cm.pdf acesso em 14 de mar. de 2019.

A formação foi baseada nas necessidades educativas individuais desses 26 estudantes que são acompanhados por profissionais de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva. Este profissional oferece o apoio ao processo de escolarização do estudante com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla e/ou transtornos globais do desenvolvimento. Conforme destaca as orientações estaduais:

O trabalho desse profissional é realizado de forma integrada com o(s) professor(es) regente(s) e o professor da sala de recurso, tendo como objetivo favorecer o acesso do estudante à comunicação e ao currículo, por meio de adequação de material didático-pedagógico, utilização de estratégias e recursos tecnológicos (SEE-MG, 2016, p.11).

No encontro realizado em 20 de março de 2019 participaram os 16 Professores de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva que atendem os estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental. Foram apresentados os dados colhidos nas pastas individuais dos estudantes com trechos de laudos para esclarecimento de dúvidas, orientações sobre as deficiências e suas especificidades, os desafios dos docentes, a diferenciação da Educação Inclusiva para a Educação Especial, uma breve história da Inclusão Escolar no Brasil e em Minas Gerais e a caracterização da Instituição Escolar enquanto espaço inclusivo. Naquela oportunidade, os professores preencheram um questionário que permitiria realizar um levantamento dos perfis profissionais e de sua formação acadêmica, e a partir das respostas foi possível identificar que:

Número de professores	Curso de Licenciatura Plena
01	Matemática
02	Letras
01	Geografia
12	Pedagogia

Tabela 2 - Fonte: Questionário respondido pelos professores

Todos os professores possuem como qualificação mínima a Licenciatura Plena nas diversas áreas e 13 deles possuem formação continuada no nível de Especialização *Latu Sensu* na área de Educação Inclusiva. Foi possível observar que apenas um professor classificou o conteúdo e temáticas sobre a Educação Inclusiva estudados na graduação ou especialização como adequado ou suficiente.

Prof1. Minha grade curricular do ensino superior não tinha disciplinas que discutissem as deficiências ou a diversidade.

Prof4. A pós foi feita EaD e a instituição não ofereceu aulas presenciais, li muito e busquei informações extras. Mas fiquei com sensação que faltava alguma coisa.

Prof9. Insuficientes para a graduação e a pós. Na prática tenho aprendido muito, faço parte de um grupo de professores e sempre recorro a eles. (Resposta Transcrita, Pesquisa, Março/2019).

Pelos relatos, foi possível perceber os desafios na formação inicial e continuada dos docentes dessa Instituição e para isso, recorreremos a um debate a luz do Plano Nacional de Educação (PNE) que reservou duas de suas vinte metas para a temática de formação inicial e formação continuada.

Quando avaliamos a meta 15 do PNE, que prevê que todos os professores da Educação Básica tenham formação específica de nível superior em curso de Licenciatura na área que atuam, será possível perceber o desafio enfrentado pelos professores que atuam como Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva que não possuem graduação específica na área de Educação Especial e Inclusiva. Os currículos dos cursos de licenciaturas precisam ser reformulados para atender as novas demandas educacionais, e a educação inclusiva é uma delas.

Nas ementas observou-se um evidente desequilíbrio na relação teoria-prática, em favor dos tratamentos mais teóricos, de fundamentos, política e contextualização e que a escola, como instituição social e de ensino, é elemento quase ausente nas ementas, o que leva a pensar numa formação de caráter mais abstrato e pouco integrado ao contexto concreto onde o profissional-professor vai atuar (GATTI, 2010, p.1372).

Essa situação se assemelha muito com a posição de Melo (1999) que defende a necessidade de atualização dos professores, visto que possuem uma importante função social:

É, portanto, um processo inicial e continuado que deve dar respostas aos desafios do cotidiano escolar, da contemporaneidade e do avanço tecnológico. O professor é um dos profissionais que mais necessidade tem de se manter atualizado, aliando à tarefa de ensinar tarefa de estudar. Transformar essa necessidade em direito é fundamental para o alcance da sua valorização profissional e desempenho em patamares de competência exigidos pela sua própria função social (MELO, 1999, p. 47).

Nessa perspectiva, as propostas de formação continuada devem partir das escolas, pois são elas as mais capazes de compreender o que deve ser trabalhado com os professores, pois conhecem seu cotidiano e suas necessidades.

O questionário evidenciou ainda que:

- Embora a formação ainda apresente-se deficitária, 90% dos professores sentem-se preparados para acompanhar o estudante, mas que apenas 30% sentem-se confortáveis para adaptar o material didático necessário aos diversos conteúdos dos anos finais do Ensino Fundamental.
- Nenhum envolvido na pesquisa apontou participação em cursos promovidos pela Secretaria de Educação.
- Todos os envolvidos relaram manter bom diálogo e receber acompanhamento da Equipe Pedagógica.
- Cerca de 60% dos entrevistados ainda veem como tímida as intervenções realizadas pelo professor da turma durante a realização das atividades.

Esses dados revelam a necessidade da capacitação em serviço para viabilizar, não só a adaptação curricular, mas também a definição clara de objetivos de aprendizagem. Os relatos demonstraram ainda que, de acordo com os entrevistados, o processo de avaliação dos estudantes com necessidades educativas especiais deve respeitar suas potencialidades e limitações, além de seguir os objetivos definidos individualmente.

Prof14. Não deve, os alunos com deficiência precisam seguir os objetivos do PDI. É preciso observar os critérios e a metodologia. A avaliação deve ser condizente com a necessidade do aluno (Resposta Transcrita, Pesquisa, Março/2019).

Importa saber que o Plano de Desenvolvimento Individual - PDI do estudante é um importante instrumento no processo de ensino e aprendizagem e deve ser utilizado como base para a construção das avaliações.

9.2 OFICINA DE CRIAÇÃO DE FICHA DE ANAMNESE E AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Após conhecer os discentes e docentes envolvidos no Projeto, foi possível apresentar uma proposta de oficina para a construção coletiva de uma ficha de anamnese⁴ com o objetivo de estreitar os laços escolares com os estudantes.

⁴ Do grego *ana*, trazer de novo e *mnesis*, memória. Trata-se de uma ficha com informações sobre o desenvolvimento dos estudantes.

A ficha possui espaço para espaço para a participação da família, do próprio estudante (quando possível) e dos professores, inclusive dos anos anteriores. O entendimento geral é que não basta conhecer as especificidades da deficiência, mas é preciso saber mais sobre os hábitos cotidianos e culturais dos estudantes como músicas que podem acalmá-lo, o clube que para qual o estudante torce, uma comida que gosta, sobre animais de estimação, nomes de amigos e etc.

Essa perspectiva nos permite compreender que qualquer processo avaliativo perpassa pela necessidade de conhecer melhor o estudante avaliado. A escola, portanto, cumpre seu papel social quando conhece a realidade do estudante e é capaz de ensiná-lo a partir de suas potencialidades e limitações, e não somente desenvolver o currículo formal e determinado.

Debatemos ainda o papel da avaliação diagnóstica como ferramenta essencial para a elaboração de planejamentos conjuntos e que tenham o estudante como centro da metodologia. As avaliações devem ser baseadas no Plano de Desenvolvimento Individual - PDI do ano anterior, e deve respeitar os conhecimentos de mundo do estudante valorizando suas experiências extraescolares. Não é novidade, já que retomando as ideias de Luckesi (2000, p.6) toda decisão pedagógica só deve ser tomada a partir de um diagnóstico.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Individual⁵, como o próprio nome nos diz, deve respeitar as individualidades dos estudantes, as avaliações e observações diagnósticas e a ficha de Anamnese que, juntos, compõem uma importante etapa da avaliação dos estudantes com necessidades educativas especiais.

⁵ O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é o instrumento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Deve ser elaborado, desde o início da vida escolar do aluno, por todos os profissionais (diretor, especialista e professores envolvidos no processo de escolarização), em parceria com a família e atualizado conforme temporalidade prevista no Projeto Político Pedagógico da escola. Para atualizá-lo, as informações do Plano de Atendimento Educacional Especializado/AEE deverão ser consideradas. O PDI, sendo norteador da ação educacional do estudante público alvo da educação especial, é considerado um documento comprobatório de registro de escolaridade, devendo compor obrigatoriamente a pasta individual do aluno. A elaboração e execução do Plano de AEE pelos professores de AEE e feita em articulação com os demais educadores do ensino comum, com a participação da família e em interface com outros setores. Esse plano consiste na identificação das necessidades educacionais especiais dos estudantes, na definição dos recursos de acessibilidade necessários no ambiente escolar, no planejamento e na execução das atividades do atendimento especializado. Disponível em <<https://educacaoespecial.educacao.mg.gov.br/index.php/atendimento-educacional-especializado-ae/plano-de-desenvolvimento-individualizado-pdi>> acesso em 12 de fev. de 2019

9.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem e o processo avaliativo dos estudantes com necessidades educativas especiais devem considerar suas especificidades tendo como referência o PDI de cada estudante.

Esse novo encontro foi baseado nas respostas das perguntas 05⁶ e 08 constantes no questionário de pesquisa docente. As respostas evidenciaram um consenso sobre a necessidade de avaliar os estudantes e das mudanças nas práticas pedagógicas que envolvem a avaliação:

Prof7. Jamais, os alunos com deficiência precisam de adequação na linguagem, suporte diferenciado e, além disso, de mais tempo. Cada acerto ou erro muda todo o meu trabalho.

Prof1. Os dias, os horários e o significado deve ser o mesmo, mas a avaliação precisa respeitar o ritmo e o aprendizado do aluno (Resposta Transcrita, Pesquisa, Março/2019).

Assim, foram construídas e debatidas com os docentes algumas ferramentas pertinentes ao processo avaliativo e que devem nortear os procedimentos e instrumentos de avaliação em sala de aula, como: observação, registro, prova, trabalho em grupo, autoavaliação e conselho de classe. Nessa perspectiva o estudante deve ser o centro do processo e seu ritmo de aprendizagem precisa ser respeitado.

Abaixo estão os procedimentos e instrumentos produzidos e debatidos pelos docentes durante o Processo de Intervenção Pedagógica:

⁶ Questão 05 - Em sua opinião, o processo de avaliação dos estudantes com necessidades educativas especiais e dos demais deve ser o mesmo? Por quê?

Questão 08 - Você acredita que os estudantes com necessidades educativas especiais devem ser avaliados?

A – OBSERVAÇÃO
Esse processo permite que o professor conheça seus estudantes nas dimensões: cognitivas, afetivas e psicomotoras. A observação ocorre dentro e fora da sala de aula e leva em consideração outros aspectos que não o conteúdo.
B – REGISTRO
Geralmente utilizam instrumentos como portfólio. Esse instrumento permite o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes a partir de uma forma crítica e reflexiva. Nos diários de bordo, estudantes e professores, conseguem acompanhar seu desenvolvimento.
C – PROVA
A utilização desse instrumento deve ser acompanhada de perto. O professor deve ter em mente os objetivos propostos para utilizar o procedimento adequado. As provas podem ser feitas em grupo, dupla, de forma escrita ou oral. Deve-se ainda superar a ideia de avaliação como estratégia punitiva.
D – TRABALHO EM GRUPO
É uma construção coletiva e precisa de uma orientação do professor. Nessa ferramenta é possível perceber a participação e capacidade de interação entre os estudantes.
E – AUTOAVALIAÇÃO
Após conhecer o estudante é necessário permitir que ele participe mais ativamente de seu processo de ensino e aprendizagem, isso ajuda o professor e reavaliar suas práticas e estabelece laços diferenciados com os estudantes. Nessa avaliação não há certo ou errado e o professor consegue perceber melhor o nível de maturidade de seus estudantes.
F – CONSELHO DE CLASSE
Esse procedimento permite uma avaliação global dos estudantes. Nesse momento os resultados de outras ferramentas são avaliados e replanejados e as práticas pedagógicas do professor são repensadas.

Quadro 1 - Fonte: Produzido pelo coletivo de docentes durante o encontro de 30/03/2019

Foram debatidas ainda, as comparações entre estudantes que apresentem a mesma deficiência e entre estudantes que não apresentam deficiência. Os docentes pontuaram que é importante compreender os sujeitos em suas particularidades e individualidades. Isso é reforçado no material “Saberes e Práticas da Inclusão”, produzido pelo Ministério da Educação:

Qualquer instrumento ou procedimento de avaliação deve envolver indicadores que facilitem a análise dos contextos em que as pessoas se desenvolvem e não apenas conhecer suas características, evitando-se comparar pessoas umas com as outras (BRASIL, 2006, p. 41).

Cabe ressaltar ainda que o processo de inclusão demanda que os espaços escolares estejam aptos para trabalhar com as necessidades de todos os estudantes, com estrutura física e arquitetônica adequada, com profissionais preparados e com metodologias adaptadas. De acordo com Gil:

[...] a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças (GIL, 2005, p.18).

Os encontros revelaram a necessidade de que os docentes participem de formações e definam de forma coletiva, as estratégias para tornar a escola mais inclusiva e receptiva aos estudantes. Os materiais utilizados durante a formação e as estratégias (vídeos, dinâmicas e músicas) foram doados à equipe pedagógica para que se tornem agentes multiplicadores da formação para os demais docentes.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como eixo central debater e apresentar formação continuada aos docentes de uma Escola Pública da cidade de Ribeirão das Neves. Quanto a temática da formação, envolveu o processo avaliativo de estudantes com necessidades educativas especiais e seu processo de ensino e aprendizagem. Para isso, foi preciso apropriar-se de conceitos e métodos avaliativos que ultrapassam a lógica tradicional de ensino e nesse processo de apropriação perceber os desafios ainda enfrentados a partir das avaliações escolares.

Foram levantadas questões importantes relacionadas à formação inicial de docentes, a falta de preparo para produzir as avaliações e os debates que envolvem a educação inclusiva nos currículos dos cursos superiores. Esses, inclusive, podem ser objetos de estudo de outras pesquisas. Cabe destacar que esses desafios não possuem soluções rápidas ou mesmo são solucionáveis, mas que a falta de debate sobre as avaliações dos estudantes com necessidades educativas especiais tem gerado novos problemas ou “desafios”, além dos que já existem.

A partir dos autores revisitados, foi possível perceber a necessidade de adoção de novas estratégias avaliativas que sejam mais inclusivas para todos os estudantes, que respeitem a diversidade das deficiências, que sejam claras para as famílias e que possam de fato contribuir para o desenvolvimento pleno de cada um.

A execução do Projeto de Intervenção Pedagógica foi um importante instrumento durante o processo de escrita e reflexão do texto final, pois contribuiu para debates que perpassam pela mudança de métodos e práticas pedagógicas realizadas cotidianamente. Os instrumentos constantes no quadro, produzido com a participação dos docentes, é fruto de diversos debates que estimularam novas formas de pensar.

Retomando minha prática profissional, mesmo que saibamos da inexistência da conjunção “se” e do advérbio “talvez” na ciência chamada de História, arrisco-me à seguinte questão: *se* os professores buscarem alternativas para as avaliações escolares de estudantes com necessidades educativas especiais e utilizarem estratégias de avaliação como observação, trabalhos em grupo e autoavaliação em seus conteúdos, *talvez* os estudantes demonstrem habilidades que as provas escritas ainda não mostram. Essa indagação surge a partir das

reflexões e dos debates percebidos durante a revisão bibliográfica e a condução do Projeto de Intervenção Pedagógica.

É preciso ainda destacar que não há fórmulas mágicas para melhorar a aprendizagem e avaliar os estudantes ou mesmo receita para reconfigurar nossas metodologias de avaliação, cabe ao professor identificar a melhor estratégia que o torne participativo no processo de aprendizagem, além de atrair e envolver seus estudantes em um aprendizado mais autônomo, inclusivo e prazeroso e que o torne sujeito ativo em seu processo de aprendizagem.

11 - REFERÊNCIAS:

BELO HORIZONTE, Secretaria de Estado de Educação. **A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Belo Horizonte, SEE, 2016. Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/A_Educacao_Especial_Perspectiva%20Inclusiva_18cmx25cm.pdf>, acesso em: 28 jan. 2019.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>, acesso em 15 mar. 2019.

_____. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>, acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>, acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior**. Brasília: CNE/MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>>, acesso em: 07 abr. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação escolar, a exclusão e seus destinatários**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 48, p. 205-222, dez. 2008.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **A avaliação escolar: um processo de reflexão da prática docente e da formação do professor no trabalho**. AMBRÓSIO, Márcia (Organizadora) - Editora UFOP, 2017.

DAMIANI, Magda Floriana. **Discurso pedagógico e fracasso escolar. Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 457-478, 2006.

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade** in ROSA de E. G. e SOUZA V. C. (Org.) **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <http://peadanosiniciais.pbworks.com/f/Pedagogia_da_Esperanca_-_Paulo.pdf>, acesso em: 12 jan. 2019.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, Dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302010000400016&lng=en&nrm=iso>, acesso em 28 mar. 2019.

_____. **O Professor e a avaliação em sala de aula.** Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, p. 97-113, jan./jun. 2003.

GIL, Marta. **Educação Inclusiva – O que o professor tem haver com isso?.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Ashoka, Brasil, 2005.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação, Mito e desafio: Uma perspectiva construtivista.** 37ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Editora Cortez, 1994

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática.** Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

_____. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Revista Pátio, ano 3, nº 12, pág. 6-11, fevereiro/abril 2000.

MARCHESI, Álvaro; PÉREZ, Eva Maria. **A compreensão do fracasso escolar.** In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández. **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural.** PORTO Alegre: Artmed, 2004.

MELO, M. T. L. **Programas oficiais para formação de professores da educação básica.** Educação & Sociedade, ano XX, n. 68, dez.1999.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e formação docente.** In: Os professores e a sua formação, do mesmo autor. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio; CAMPOS, Thaís Emília. **Avaliação em Educação Especial: o ponto de vista do professor de alunos com deficiência.** Revista Estudos em Avaliação Educacional, v. 16, n. 31, jan./jun. 2005.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos.** 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOARES, M. A. L.; CARVALHO, M. F. **O professor e o aluno com deficiência.** São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Educação & Saúde, v.5).

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.** 1994. Salamanca-Espanha.

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS
ESCOLARES

**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE
INTERVENÇÃO**

À Direção da Escola,

Prezado(a) Senhor (a)

Como aluno (a) do curso de especialização em EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES promovido pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF, através do CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD, venho por meio desta, solicitar a autorização para desenvolvimento de meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste em um projeto de intervenção com o objetivo de realizar formação sobre o processo avaliativo dos estudantes com necessidades educativas especiais. O Projeto será realizado com os Professores de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental.

Para o desenvolvimento deste projeto serão utilizados procedimentos tais como: coleta de informações nas pastas dos estudantes e servidores, entrevistas, preenchimento de questionários e pesquisas, além de formação em serviço a ser realizada em datas e horários previamente definidos.

Como estudante do referido curso, gostaria de assegurar o caráter acadêmico do presente estudo, assim como a utilização de procedimentos para a proteção da identidade dos sujeitos, a confiabilidade dos dados e a ética no tratamento dos dados quando estes se referirem ao sujeito e a instituição em que este desenvolve o seu trabalho.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, na certeza de que o resultado de tal estudo possa contribuir para a obtenção de informações que permitam uma melhor compreensão sobre as práticas pedagógicas e de instrumentos avaliativas, contribuindo assim, para a construção de práticas escolares mais inclusivas e que garantam o direito à educação para todos.

Ribeirão das Neves, 23 fevereiro de 2019.

ANEXO 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS
ESCOLARES

PESQUISA

Idade do entrevistado: _____

Gênero: () Masculino () Feminino

- 01) Há quanto tempo você dá aulas? Qual sua área de formação acadêmica?
- 02) Como você classifica os conteúdos estudados em sua graduação e/ou especialização na área de Educação Inclusiva?
- 03) Você se sente preparado para atuar, inclusive na produção de material didático adaptado e em seu processo avaliativo, com o estudante acompanhado?
- 04) Você tem algum apoio da Equipe Pedagógica da escola?
- 05) Em sua opinião, o processo de avaliação dos estudantes com necessidades educativas especiais e dos demais deve ser o mesmo? Por quê?
- 06) Que tipo de adaptações curriculares você tem realizado em suas atividades?
- 07) Como você vê a intervenção do Professor da turma com os alunos com necessidades educativas especiais?
- 08) Você acredita que os estudantes com necessidades educativas especiais devem ser avaliados?
- 09) Já participou de alguma formação sobre a temática da Educação Inclusiva promovida pela Secretaria de Educação?